

EXPEDIENTE

REITORIA	PROFA. DRA. ESTER REGINA VITALE
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO	PROF. ME. ARNALDO NICOLELLA FILHO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO	PROFA. DRA. KÁTIA JORGE CIUFFI
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO	PROFA. MA. ELIZABETE FERRO SOUSA TOUSO

NÚCLEO DE PROJETOS E PESQUISA EM DESIGN

COORDENAÇÃO	PROFA. MA. ANA MÁRCIA ZAGO
ORIENTAÇÃO	PROFA. ESP. RODRIGO A. DE SOUZA
EXECUÇÃO	CÍNTIA CORSI LOURENÇO
PROJETO GRÁFICO E CAPA	CÍNTIA CORSI LOURENÇO

Catálogo na fonte Biblioteca Central da Universidade de Franca

Lima, Eliane Soares de (org.)
L697e Estilo, éthos e enunciação / Eliane Soares de Lima, Ana Elvira Luciano Gebara, Thayse Figueira Guimarães, organizadores. [Franca, SP]: Unifran, 2016. (Foco: linguística do texto e do discurso, 1)
359 p.

ISBN 978-85-60114-63-4

1. Linguística. 2. Discurso. I. Gebara, Ana Elvira Luciano (org.). II. Guimarães, Thayse Figueira (org.). III. Título.

CDU – 801:82-5

A DIMENSÃO DO *ETHOS* NOS GÊNEROS RETÓRICOS

Maria Flávia Figueiredo

Luiz Antonio Ferreira

INTRODUÇÃO

Na obra *Retórica*, Aristóteles propõe três dimensões para o entendimento do processo argumentativo, quais sejam: o *logos*, o *pathos* e o *ethos*.¹ Tomando o *logos* como o discurso em si, o *pathos* como o poder do orador de, por meio de seu discurso, despertar emoções em seu auditório, e o *ethos* como a imagem, verdadeira ou não, que o orador constrói de si no intuito de persuadir seu auditório, este trabalho será especialmente dedicado ao *ethos*, sua descrição e subdivisões internas. Ademais, discutiremos o conceito de gênero oratório/retórico (na perspectiva aristotélica) com o intuito de se averiguar as dimensões persuasivas do *ethos* nessa modalidade de classificação discursiva.

Os objetivos gerais e específico do presente trabalho encontram-se subdivididos e elencados a seguir.

Objetivos gerais:

1) apresentar um panorama do conceito de *ethos* em retórica, dentro de uma perspectiva histórico-diacrônica.

¹ Neste capítulo, evidencia-se nossa opção pela grafia e acentuação dos termos gregos utilizados dentro da língua portuguesa. Como exposto, mantemos o itálico e eliminamos todos os diacríticos de acentuação, uma vez que a acentuação do grego não obedece aos mesmos critérios da língua portuguesa. Assim, nesta pesquisa, adotamos as seguintes formas: *ethos*, *pathos*, *logos*, *ethe*, *phronesis*, *arete*, *eunoia*.

2) discorrer sobre a concepção de “gênero retórico”.

Objetivo específico:

1) revisar os conceitos de gênero oratório (na perspectiva aristotélica) com o intuito de averiguar o papel desempenhado pelo *ethos* nessa modalidade de classificação discursiva.

Para atingir tais objetivos, a distribuição do capítulo se dará em duas etapas. Na primeira, apresentaremos um panorama histórico-diacrônico da concepção de *ethos* em retórica a partir de Aristóteles. Em seguida, rememoraremos as concepções fornecidas por Perelman e Olbrechts-Tyteca, Reboul, Plantin, Meyer, Eggs e Woerther. Na segunda, discorreremos sobre a concepção de “gênero retórico”, desde Anaxímenes de Lâmpsaco (na *Retórica a Alexandre*) e consideraremos os estudos de Aristóteles (na *Retórica*) e a visão teórica encontrada nos estudos retóricos modernos, representados, neste trabalho, por Sánchez Sanz, Meyer, Ruiz de La Cierva, Miller e Berkenkotter & Huckin. A essa segunda etapa será acrescida uma reflexão acerca da dimensão persuasiva do *ethos* nos gêneros retóricos.

O *ETHOS*: ACEPÇÕES E USOS DENTRO DA RETÓRICA

O conceito de *ethos*, tal como utilizado neste trabalho, advém da trilogia retórica proposta por Aristóteles. Para o estagirita, o discurso persuasivo comporta três elementos: o orador, o ouvinte e o assunto de que fala. Assim, na obra *Retórica* (em seu capítulo 2, Livro I), encontramos: “as provas de persuasão fornecidas pelo discurso são de três espécies: umas residem no caráter moral do orador; outras, no modo como se dispõe o ouvinte; e outras, no próprio discurso, pelo que este demonstra ou parece demonstrar”

(ARISTÓTELES, 2015, p. 63). Como mencionado na introdução deste capítulo, a essas três dimensões para o entendimento do processo argumentativo, Aristóteles denomina: *ethos*, *pathos* e *logos*. O *logos* corresponde à estrutura argumentativa do texto, o *pathos* refere-se às emoções despertadas no auditório e o *ethos* é a imagem de si passada pelo orador por meio do discurso.

Desse modo, podemos entender *logos* como exteriorização do discurso, uma proposta verbalizada de solução para um problema que se instaura em uma determinada instância retórica e, sempre, requer elaboração argumentativa, proposições e julgamentos capazes de levar o auditório à persuasão. No *logos*, então, imbricam-se, indissociavelmente, a força argumentativa do orador, os sentidos explícitos ou implícitos, figurativos ou literais da linguagem utilizada para atingir, por força da criação da verossimilhança, o acordo com o auditório. É mesmo um espaço discursivo propício para a demonstração das estratégias persuasivas adotadas pelo orador para impressionar positivamente o auditório e demonstrar, de modo explícito ou não, pela linguagem, sua capacidade de enfatizar, ilustrar confirmar, negar ou corroborar ideias.

Por força do conviver, os homens estão envolvidos em múltiplas tonalidades do sentir: amam, odeiam, tornam-se esperançosos, desanimados, calmos ou desesperados, revelam e escondem desejos. Entre o prazer e o desprazer cotidianos, o ser humano modula a intensidade de suas paixões pelo que acredita ser justo, injusto, moral, imoral, certo, errado, belo e feio. É justamente aí que reside a força do *pathos*, entendido como o poder do orador de despertar o auditório para as emoções decorrentes do seu discurso. Para obter o acordo, o orador coloca o auditório em posições emocionais diferenciadas: ora exige que atue como juiz, ora como participante de uma assembleia que precisa chegar a um consenso, ora apenas

como espectador de uma determinada situação que se problematiza no seio social. Esses papéis sociais, quando assumidos, envolvem o auditório em situações passionais distintas e, de modo consequente, revolvem o interior de cada um e de todos em tonalidades mais pálidas ou mais intensas do sentir. Por isso, a força do *pathos* – a intensidade das paixões evocadas pelo orador – provoca diferentes respostas do auditório e consolida-se num julgamento sobre aquilo que está em questão. Assim, diante de um auditório, o orador pode provocar paixões disfóricas ou eufóricas por meio de sua capacidade de levar o outro a aderir, recusar, completar, modificar, calar-se, aprovar, reprovar, demonstrar interesse ou desinteressar-se por um evento do mundo que requer uma posição estética, deliberativa ou judiciária. *Pathos*, portanto, em retórica, é uma ferramenta poderosíssima para mobilizar emocionalmente o auditório a favor de uma tese. Pelo *pathos*, o auditório aclama, louva, censura, indica se uma ação é justa ou injusta, decide em função do útil ou prejudicial; e a intensidade de qualquer uma dessas ações é sempre estabelecida pela força persuasiva provocada pelo orador.

O elo entre *logos* e *pathos* se dá pela atuação do *ethos*. Os gregos entendiam o termo *ethos* como a criação da imagem de si mesmo. Ligavam-no, assim, à personalidade, aos traços comportamentais, à escolha revelada de um modo de viver e de determinar, pelo discurso, suas concepções do existir de modo reto e aceitável socialmente (ética). No *ethos* reside a força de autoridade que se impõe ou não sobre os ouvintes, pois liga-se a um processo de representação do orador diante de um público específico e, quando adequadamente apresentado como um recurso de identificação, provoca adesão e acordos favoráveis às intenções persuasivas do orador. De modo bem singelo, o *ethos* é a revelação do poder do orador: “Você

pode confiar em mim”. Como a retórica é, historicamente, amoral, a verossimilhança é mais importante do que a suposta “verdade”, pois o *ethos* constrói uma “verdade” aparente, contingente, plausível (ou não) do orador e do discurso que é manifestado.

Como bem sintetiza Olivier Reboul, autor contemporâneo, o *ethos* refere-se ao “caráter que o orador deve assumir para inspirar confiança no auditório” (REBOUL, 2004, p. 48). Em resumo, o *ethos* caracteriza-se como a imagem, verdadeira ou não, que o orador constrói de si no intuito de persuadir e convencer seu auditório. Essa imagem desenha-se na mente do auditório, muitas vezes, de forma inconsciente, por força da maneira como o discurso é interpretado e a postura do orador é analisada.

Numa escala entre o que se acredita ser e o demonstrado discursivamente, lançamo-nos na seara da verossimilhança, conceito tão apreciado e explorado por Aristóteles. Como nos recorda Costa (2003, p. 6), em sua obra *A Poética de Aristóteles: mimese e verossimilhança*, “O critério do verossímil, que merecera a crítica de Platão por ser apenas ilusão da verdade, torna-se, com Aristóteles, o princípio que garante a autonomia da arte mimética”². Para o estagirita, o critério da verossimilhança (do possível, e não do verdadeiro) é o que preside a construção mimética. De acordo com o dicionário *Houaiss* (2001), verossimilhança é a qualidade do que é verossímil ou verossimilhante. É verossímil, por sua vez, o que parece verdadeiro, que é possível ou provável por não contrariar a verdade; plausível. E o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2010) ratifica tais definições ao informar que o termo verossímil (ou verossimilhante) refere-se àquilo que é semelhante à verdade; que

2 A mimese foi depreciada por Platão por mostrar-se distante das mais altas exigências pedagógicas e morais e limitada a representar as formas originárias. (cf. COSTA, 2003, p. 6)

parece verdadeiro; que é provável. Nesse sentido, verossímil não é necessariamente o que realmente é ou que de fato aconteceu, mas, sim, o que poderia ser ou acontecer, isto é, o possível, segundo a verossimilhança ou a necessidade.

Como toda a retórica de base aristotélica, o conceito de *ethos* atinge, também, de modo contundente, o conceito da verossimilhança, uma vez que, como reforça o filósofo em sua *Arte poética*, “é preferível escolher o impossível verossímil do que o possível incrível”, e essa escolha é da competência do orador (ARISTÓTELES, 2008). Em outras palavras, é preferível o verossímil que convença à verdade que não convença. Como o objetivo do orador é sempre encontrar meios para persuadir seu auditório, é necessário que construa de si uma imagem (um *ethos*), que pode ser próxima ou não do real vivido, mas necessariamente em conformidade com o verossímil e o necessário. Em resumo, para vincular o conceito de verossimilhança dentro da sistematização da retórica proposta por Aristóteles, vale recordar que, para o estagirita, a função desse campo do saber não é a de persuadir, mas, sim, a de discernir os meios de persuasão (cf. DAYOUB, 2004, p. 12). Por essa razão, o filósofo afirma que persuadimos pelo discurso “quando mostramos a verdade ou o que parece verdade, a partir do que é persuasivo em cada caso particular” (ARISTÓTELES, 2015, p. 63).

Como explica Aristóteles no livro I da *Retórica*:

Persuade-se pelo caráter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exato e que deixam margem para dúvida. **É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso** e não de uma opinião prévia sobre

Estilo, *éthos* e enunciação

o caráter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que **o caráter é o principal meio de persuasão**. (ARISTÓTELES, 2015, p. 63, grifos nossos)

Nesse trecho, o filósofo salienta que o *ethos* se constrói discursivamente e não por meio de uma valoração prévia do caráter do orador. Ademais, no segundo grifo, fica evidente que, para Aristóteles, é o *ethos* a principal prova retórica, ou seja, o meio de persuasão precípuo. Nesse sentido, o filósofo discorre mais delongadamente acerca do orador e dos aspectos que o tornam persuasivo logo no início do livro II da *Retórica*:

Três são as causas que tornam persuasivos os oradores, e a sua importância é tal que por elas nos persuadimos, sem necessidade de demonstrações: são elas **a prudência** [*phronesis*], **a virtude** [*arete*] e **a benevolência** [*eunoia*]. Quando os oradores recorrem à mentira nas coisas que dizem ou sobre aquelas que dão conselhos, fazem-no por todas essas causas ou por algumas delas. Ou é por falta de prudência que emitem opiniões erradas ou então, embora dando uma opinião correta, não dizem o que pensam por malícia; ou sendo prudentes e honestos não são benevolentes; por isso, é admissível que, embora sabendo eles o que é melhor, não o aconselhem. Para além destas, não há nenhuma outra causa. Forçoso é, pois, que aquele que aparenta possuir todas estas qualidades inspire confiança nos que o ouvem. (ARISTÓTELES, 2015, p. 116, grifo nosso)

Nesse trecho, encontramos a concepção tripartite de *ethos* proposta por Aristóteles. Se, portanto, para o filósofo, o *ethos* (o caráter do orador) é a principal prova retórica, e o que torna persuasivo

Estilo, *éthos* e enunciação

esse orador são a prudência, a virtude e a benevolência³, nos resta investigar de que maneira tais causas se manifestam discursivamente. Fiorin, em interpretação feita à obra de Aristóteles, afirma:

Um orador inspira confiança se seus argumentos são razoáveis, ponderados; se ele argumenta com honestidade e sinceridade; se ele é solidário e amável com o auditório. Podemos, então, ter três espécies de *éthe*: a) a *phrónesis*, que significa o bom senso, a prudência, a ponderação, ou seja, que indica se o orador exprime opiniões competentes e razoáveis; b) a *areté*, que denota a virtude, mas virtude tomada no seu sentido primeiro de “qualidades distintivas do homem” (latim *uir, uiri*), portanto a coragem, a justiça, a sinceridade; nesse caso, o orador apresenta-se como alguém simples e sincero, franco ao expor seus pontos de vista; c) a *eúnoia*, que significa a benevolência e a solidariedade; nesse caso, o orador dá uma imagem agradável de si, porque mostra simpatia pelo auditório. O orador que se utiliza da *phrónesis* se apresenta como sensato, ponderado e constrói suas provas muito mais com os recursos do *lógos* do que com os do *páthos* ou do *éthos* (em outras palavras, com os recursos discursivos); o que se vale da *areté* se apresenta como desbocado, franco, temerário e constrói suas provas muito mais com os recursos do *éthos*, o que usa a *eúnoia* apresenta-se como alguém solidário com seu enunciatário, como um igual, cheio de benevolência e de benquerença e erige suas provas muito mais com base no *páthos*. (FIORIN, 2015, p. 71)

3 Em nota dos tradutores à edição do grego, encontramos a explicação de que a *phronesis* pode ser entendida como a virtude intelectual e a faculdade da razão prática, a *arete*, como a virtude de abrangência moral que acompanha a *phronesis* nas decisões práticas e a *eunoia* refere-se à benevolência necessária que acompanha o comportamento respeitoso e a atitude do orador frente aos ouvintes. (cf. ARISTÓTELES, 2015, p. 116)

Estilo, *éthos* e enunciação

Nessa citação, o linguista fornece caminhos para a investigação das distintas formas de manifestação do *ethos* àqueles que objetivam traçar as trilhas aristotélicas.

Assim, ao invés de examinar e classificar os mais múltiplos e distintos tipos de *ethos*, o investigador pode deter-se apenas nessas três modalidades, que condensam e sintetizam todas as demais. Dessa maneira, ele poderá observar se o orador manifestou um *ethos* de *phronesis* na medida em que se valer mais dos recursos do *logos*, considerará que o orador se ateve predominantemente ao *ethos* de *arete* na medida em que demonstrar maior preocupação com a exposição de seu próprio *ethos* e acatará a utilização do *ethos* de *eunoia* quando o orador se mostrar mais preocupado em despertar no auditório as emoções adequadas à persuasão, isto é, fundamentar-se mais no *pathos*.

Assim, em vez de examinar e classificar os mais múltiplos e distintos tipos de *ethos* propostos por estudiosos da modernidade, o pesquisador pode deter-se apenas nessas três modalidades, que condensam e sintetizam todas as demais. Dessa maneira, poderá observar se o orador manifestou uma construção discursiva de *ethos* que evidencia bom senso e ponderação (*phronesis*) e se assim procede por meio da exploração do *logos* em sua potencialidade de construção da argumentatividade pautada na razoabilidade, no discernimento e na prudente demonstração de respeito pelas opiniões alheias. A *phronesis*, então, que pode ser entendida como uma característica de virtuosidade ligada à razão prática, põe em evidência uma forma discursiva de construção do *ethos*. Poderá, ainda, observar se o orador, na exteriorização de sua fala, se ateve predominantemente à exposição de suas próprias qualidades distintas no plano ético, moral e, com essa manifestação oratória, fez emergir detalhes de sua coragem para enfrentar situações ad-

versas, explanação potente de seu senso de justiça e clara demonstração de sinceridade e franqueza ao expor seus pontos de vista (*arete*). Nesse sentido, *arete* liga-se ao discurso como demonstração de virtude de abrangência moral que acompanha a *phronesis* nas decisões práticas exigidas pelo auditório. Por fim, o analista poderá observar se a construção do *ethos* se vincula à *eunoia*, a benevolência necessária que acompanha o comportamento respeitoso e a atitude do orador frente aos ouvintes. Se o orador demonstrar benevolência e se mostrar preocupado em despertar no auditório uma gama de paixões ligadas à capacidade de ser bom, tolerante, indulgente quando necessário, com capacidade de perdoar, estará, assim, enfatizando o conteúdo semântico contido na *eunoia*.

Acerca da visão aristotélica de *ethos*, são importantes as contribuições do tratado redigido por Frédérique Woerther a respeito do tema. Em 2007, a helenista francesa, que se dedica à recepção da retórica no mundo grego, árabe e latino, publicou a obra *L'èthos aristotélicien: genèse d'une notion rhétorique*. Nessa obra, que é fruto de sua tese de doutoramento na *Université Paris-Est Créteil*, a autora aborda o entendimento do termo grego *ethos* e as maneiras com que este foi empregado na obra aristotélica.

A pesquisadora recorda que o *ethos*, ou caráter, surge na *Retórica* de Aristóteles como uma noção heteróclita, assistemática, isto é, constituída por elementos variados e pouco homogêneos. Retoma Aristóteles ao declarar que o *ethos*, ao lado da argumentação e das paixões, constitui um dos três meios técnicos de persuasão e remete à imagem persuasiva e virtuosa que o orador deve construir em seu discurso para angariar a adesão do auditório. Segundo a especialista, o *ethos* é uma ferramenta de análise psicológica fundamentada no verossímil que pode ser usada pelo orador para adaptar seu discurso às expectativas do auditório.

Conforme demonstra Woerther (2007), os estudos tradicionais têm tentado dar ao conceito de *ethos* um caráter unívoco. No entanto, enfatiza a autora, o termo deve ser concebido a partir de uma dupla constatação: a particularidade semântica da palavra grega (que não encontra correspondência em nenhuma outra língua) e a especificidade do pensamento aristotélico (que o concebe de forma assistemática).

Para realizar sua investigação, a especialista divide seu trabalho em três momentos. No primeiro deles, faz uma análise linguística e semântica da palavra *ethos* na literatura precedente a Aristóteles, propondo-se a descrever a singularidade dos empregos desse termo na língua grega e a delimitar seus usos a um contexto histórico, político, literário e antropológico específico. Dessa maneira, espera estabelecer uma “matriz” dos significados assumidos pelo termo na tradição grega. No segundo momento, a pesquisadora se dispõe a visualizar o modo com que Aristóteles recolheu essa herança e deu a esse termo (sobretudo nas *Éticas*) uma precisão e uma especialização extremas. O terceiro e último momento é consagrado à *Retórica* de Aristóteles. Nele, a estudiosa se propõe a descrever a maneira com que o filósofo reinterpretou a noção de *ethos* (que já havia sido conceituada e utilizada em outros tratados) para adaptá-la à perspectiva própria da retórica. Ademais, verifica como o filósofo explorou os dados da retórica empírico-sofística tradicional e adaptou-os aos seus próprios princípios de organização e de análise.

Nas páginas dedicadas à conclusão do livro, Woerther (2007, p. 299-304) retoma os principais aspectos tratados ao longo da obra e enfatiza que buscou descrever a genealogia da noção retórica de *ethos* e os usos feitos desse termo por Aristóteles. Segundo a autora, na obra *Retórica*, o filósofo lança mão de duas realidades

distintas: o caráter persuasivo do orador (*ethos*) e o caráter. As características do *ethos*, seu *status* próprio, suas três virtudes constitutivas evidenciam que as origens desse meio de persuasão residem em sua retórica tradicional reinterpretada à luz da doutrina ética do filósofo. Além disso, a estrutura tripartite das virtudes do orador é tributária de uma tradição retórica anterior. Porém, a maneira com que Aristóteles definiu a virtude, a prudência e a benevolência indica também ligações estreitas com o que foi proposto nas *Éticas*. No que concerne à prudência do orador, o filósofo faz uma adaptação da doutrina desenvolvida por Górgias, Alcidas ou Isócrates. Além disso, o estagirita estabeleceu que o entimema e a máxima são duas formas discursivas suscetíveis de exprimir o *ethos*, enquanto a noção de estilo *ethico*⁴ aparece apenas como uma noção muito vaga no resto da *Retórica*, pois remete à pessoa real do orador e não ao meio técnico persuasivo (cf. WOERTHER, 2007, p. 303).

No que tange ao tratado dos caracteres, a tese de Woerther (2007, p. 303) demonstra que esse pode ser visto como uma adaptação ou uma transição da doutrina retórica tradicional do verossímil e que assume funções múltiplas na *Retórica* de Aristóteles. Pode-se observar que o filósofo fornece uma lista de lugares específicos ao gênero judiciário e propõe argumentos que permitem estabelecer a excelência do orador, que podem ser tomados como a continuação do tratado das paixões (livro II da *Retórica*, que atribui ao orador os conhecimentos e os meios necessários para a produção de paixões em um auditório).

O ponto mais relevante da obra de Woerther consiste no fato de que, ao descrever as origens da noção aristotélica do termo *ethos*,

4 O adjetivo *ethico* é aqui utilizado como um atributo do substantivo *ethos*, com vistas a diferenciá-lo do adjetivo “ético”, concernente ou próprio da ética.

empreende análises que evidenciam a abertura da retórica a verdades antropológica, ética e política. Enquanto a especulação filosófica se volta frequentemente à *Retórica* de Aristóteles, a especulação empreendida pela autora se volta a questões antropológicas e políticas de maior envergadura. Nessa linha de raciocínio, demonstra que o termo *ethos* designa o caráter persuasivo do orador ou de toda pessoa e indica que esse contorno político do indivíduo se situa, em Aristóteles, assim como em outros autores antigos, no coração da concepção do homem. Dessa maneira, conclui a autora, é o próprio homem, de contorno político, que é descrito nas *Éticas*; e esse mesmo homem, na *Retórica*, ocupa-se em persuadir seus semelhantes, ou seja, há uma transposição do termo *ethos* para atender às questões evocadas na *Retórica*. Por meio dessas observações, conclui que ética, política e retórica comunicam-se sutilmente na obra aristotélica e dessa conexão surge a antropologia do estagirita.

Na contemporaneidade, vários estudiosos refletiram sobre a dimensão significativa do termo “*ethos*” e suas dimensões no contexto retórico. Ekkehard Eggs, por exemplo, professor de Linguística da Universidade de Hannover, em capítulo intitulado “*Ethos* aristotélico, convicção e pragmática moderna” que compõe a obra *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*, organizada por Ruth Amossy, traz uma importante contribuição para a análise dessa instância argumentativa em diferentes *corpora*. Assim, ao refletir sobre o papel do *ethos* aristotélico no processo de persuasão, o autor afirma: “O lugar que engendra o *ethos* é, portanto, o discurso, o *logos* do orador, e esse lugar se mostra apenas mediante as **escolhas** feitas por ele. De fato, **‘toda forma de se expressar’ resulta de uma escolha entre várias possibilidades linguísticas e estilísticas**” (EGGS, 2005, p. 31, grifos nossos). Como vemos, nessa citação, encontramos, de forma pragmática, a conexão entre *ethos*

e *logos*, ou seja, podemos entender que as escolhas linguísticas e estilísticas serão as responsáveis por fornecer, ao analista, as pistas para depreensão do *ethos*.

Na segunda metade do século XX, Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca publicaram uma obra que funda o que conhecemos hoje como a *Nova Retórica*. Nessa obra (*Tratado da argumentação: a nova retórica*), que tem como preocupação fulcral a instância do *logos*, os autores salientam a relevância da sintonia entre orador e auditório, e conferem particular estatuto ao auditório, a cuja reação fica condicionada a eficácia do discurso. Tal sintonia evidenciará que a eficácia do discurso é também tributária da autoridade de que goza o orador, ou seja, de seu *ethos*.

Nessa mesma linha de raciocínio, o linguista e teórico da argumentação, Christian Plantin, em sua obra *A argumentação*, parte da tríade aristotélica e opta por inserir as instâncias do *ethos* e do *pathos* em um mesmo patamar. Assim, advoga que essas instâncias (em oposição ao *logos*) representam “duas modalidades de um mesmo trabalho com os afetos” (PLANTIN, 2008, p. 117). Para o autor, os afetos estão vinculados às situações argumentativas de base, sendo, portanto, imprescindíveis para o estudo da argumentação. Essas duas instâncias, portanto, apresentam-se, nas palavras do autor, como os dois lados de uma mesma moeda. Vejamos:

Em última análise, o *ethos* corresponde a uma forma de afeto ameno, durável, que define o tom de base do discurso; ao afeto tímico, de tipo temperamento, humor, virão se acrescentar as modulações fásicas que são as emoções propriamente ditas. A problemática do *ethos* e do *pathos* se recobrem. (PLANTIN, 2008, p. 118)

Ainda na esteira dos estudos retóricos atuais, nas proposições do filósofo belga, Michel Meyer, a instância do *ethos* atinge uma relevância tal que o autor chega a afirmar: “podemos concluir com segurança: *o ethos é o ponto final do questionamento*” (MEYER, 2007, p. 35, grifo do autor).

O autor também propõe dois conceitos suplementares acerca dessa principal prova retórica. Em sua obra *A Retórica*, encontramos os conceitos de *ethos* projetivo e *ethos* efetivo. De acordo com esse estudioso belga, o *ethos* projetivo é imanente, ou seja, é a primeira imagem que o auditório forma do orador e a primeira imagem que o orador forma do auditório. Em outras palavras, é aquele que o outro da relação retórica projeta como imagem. Tanto o orador quanto o auditório projetam no outro uma imagem *a priori*, que representa o *ethos* projetivo. No entanto, a imagem realmente construída pelo orador, visando persuadir o auditório, é a imagem efetiva, ou seja, o *ethos* efetivo.

Esse percurso do conceito de *ethos* na perspectiva dos estudos retóricos ganha relevo enfático quando o inserimos como elemento fundamental e constituinte dos gêneros retóricos/oratórios.

OS GÊNEROS RETÓRICOS

A escolha do gênero oratório para uma exposição persuasiva é competência do orador e essa escolha é fundamental, pois dela dependem os diferentes recursos textuais necessários para atingir a eficácia comunicativa pretendida. Os gêneros, portanto, ligam-se às práticas comunicativas e sua eficácia. O conhecimento sobre as práticas discursivas e textuais, como enfatiza Fairclough (2001), tem se tornado, cada vez mais, um pré-requisito para a cidadania democrática. Essa percepção, porém, não é nova; ela

remonta ao ano 340 a.C. O primeiro testemunho documentado da classificação dos gêneros retóricos encontra-se na *Retórica a Alexandre* de Anaxímenes de Lâmpsaco (380-320), que supera, em objetivos e explanações técnicas, os manuais que foram preservados da antiguidade (RUIZ DE LA CIERVA, 2008). Nesse documento, fica patente a necessidade de os cidadãos daquela época se valerem de formas estruturadas de discurso para se comunicar em âmbito público. Os então denominados “gêneros retóricos” eram utilizados em deliberações públicas, em julgamentos sobre contratos ou mesmo em relações individuais. A obra acata, além do gênero judiciário, o deliberativo e o epidíctico, que, a partir de Aristóteles (se não da própria *Retórica a Alexandre*), se estabelecem definitivamente como gêneros oratórios. Ademais, na *Retórica a Alexandre*, dá-se um tratamento mais amplo à argumentação, pois a obra leva em conta os argumentos técnicos e não técnicos e se interessa pelo conjunto das questões estilísticas que, com o passar do tempo, seria chamado *elocutio*, uma das partes importantes do sistema retórico (cf. SÁNCHEZ SANZ, 1989, p. 19).

Inicialmente, foram apontados apenas dois dos três gêneros clássicos da retórica: o judicial e o deliberativo. Em seguida, juntou-se a eles um tipo de discurso de elogio funeral, que foi considerado o terceiro gênero retórico: o demonstrativo ou epidíctico, que, posteriormente, passou a se referir a qualquer pessoa (falecida ou viva) e também a diferentes aspectos da vida ou da sociedade, a partir de um ponto de vista crítico, tanto positivo, como negativo.

Optamos por iniciar nossa descrição com dados oriundos da *Retórica a Alexandre* por se tratar do testemunho mais antigo de que dispomos quanto à classificação dos gêneros retóricos. Será,

porém, a classificação estabelecida por Aristóteles que irá se consolidar como modelo de referência para os estudos de retórica subsequentes.

Para Aristóteles, quem determina a estrutura do discurso é o público, dividido em dois grupos de receptores: os que têm que tomar uma decisão sobre o tema levantado e os que não têm que atuar nem decidir sobre a questão tratada. Aos primeiros, aplicam-se os gêneros deliberativo e judicial e, ao segundo, o gênero demonstrativo. Além disso, o momento temporal também é decisivo para a classificação dos gêneros. Isto é, a decisão a ser tomada pelos ouvintes pode se referir a eventos passados (gênero judicial), a eventos futuros (gênero deliberativo), ou a eventos passados ou presentes (gênero demonstrativo).

Meyer (1998) ressalta que Aristóteles parte do princípio de que é nas brechas da ontologia que se deflagra a emergência dos gêneros. Nesse sentido, enquanto a lógica guia-se sobre aquilo que é, a retórica, por sua vez, ocupa-se daquilo que é, mas que pode, com toda verossimilhança, ser diferente. Assim, segundo o autor, os gêneros oratórios apresentam-se como um meio de se garantir a eficácia comunicativa e a consecução da finalidade persuasiva de cada discurso.

Para melhor visualizar as contribuições dos teóricos da retórica acerca das diferentes características que constituem os gêneros retóricos, elaboramos o quadro seguinte. Para ressaltar nossos interesses de investigação, destacamos em azul, na última linha, o grau de relevância do *ethos* em cada um dos gêneros em questão.

Estilo, *éthos* e enunciação

Quadro 1 – Gêneros retóricos.

Gêneros Retóricos	DELIBERATIVO	JUDICIAL(ÁRIO)	EPIDÍCTICO
<i>Tipos de oratória</i>	Política	Jurídica	Exibicional – Laudatória
<i>Ouvinte</i>	Membro de uma assembleia (terá que tomar decisão sobre coisas futuras)	Juiz, jurado ou membro de uma assembleia (terá que tomar decisão sobre coisas passadas)	Expectador ou observador (decide meramente sobre a destreza dos oradores)
<i>Tempo</i> <i>(cria alternativas)</i>	Refere-se ao futuro. Poderia ser diferente no futuro.	Refere-se ao passado. Poderia ter sido diferente no passado.	Refere-se ao presente. Poderia ser diferente agora.
<i>Propósito comunicativo</i> <i>(meio – função)</i>	Estimular a fazer ou não fazer algo. Conselho ou dissuasão.	Atacar ou defender alguém. Acusação ou defesa.	Elogiar ou censurar alguém. Elogio ou Censura.
<i>Fim</i> <i>(objetivo último)</i>	O estabelecimento de um determinado curso de ação. O conveniente e o prejudicial. O ÚTIL	O estabelecimento da justiça ou injustiça sobre determinada ação. O justo e o injusto. O JUSTO	O intuito de provar o mérito da honra ou o seu contrário. O belo e o feio. O BELO
<i>Problematicidade</i>	Máxima	Grande	Fraca
<i>Ethos / Pathos</i>	Muito importante – decisivo	Importante	Pouco importante

Fonte: FIGUEIREDO et al. (2016, p. 30-31)

Como podemos observar, de acordo com os autores consultados para a elaboração do quadro, os gêneros oratórios permitem uma expectativa de comportamento *ethico* adequado aos propósitos persuasivos. Em outras palavras, por meio desses gêneros, podemos vislumbrar certa estabilidade no que tange à expectativa do papel desempenhado pelo *ethos*.

Vale lembrar que, a despeito da evolução dos estudos linguísticos e também do incremento das novas tecnologias, os gêneros retóricos clássicos nunca foram abandonados por completo. O que percebemos é que eles se atualizam de acordo com as circunstâncias, mas continuam sendo válidos e mantêm sua concepção primitiva naquilo que é essencial (RUIZ DE LA CIERVA, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com afirma Woerther (2007), o estudo semântico da palavra *ethos*, feito de maneira sistemática ao longo de todo *corpus* aristotélico, demonstrou que essa noção nunca foi utilizada de forma padronizada pelo estagirita e, em função disso, não encontrou uniformidade em outros tratados que a empregaram, uma vez que a abrangência e os significados desse termo variam em função do objeto estudado. Dessa maneira, a autora, por meio das evidências levantadas, rejeita a ideia de que o pensamento aristotélico se aproxima de um sistema em seus tratados biológicos, ético-políticos, poéticos e retóricos. Para ela, há, sim, “um duplo movimento de apropriação e ressystematização a partir desse conceito heurístico que é o *ethos*” (WOERTHER, 2007, p. 304, tradução nossa⁵).

De qualquer modo, no ato retórico, o *ethos* atua decisivamente

5 Trecho original: “[...] un double mouvement d’appropriation-resystématisation à partir de ce concept heuristique qu’est l’*ἦθος*.”

para alterar o considerado real pela força discursiva empreendida na mediação do pensamento do auditório e a intencionalidade do autor. Como o efeito retórico desejado provém da situação contextual apresentada, o *ethos*, ao consolidar-se sobre um gênero oratório definido e acertadamente escolhido, pode funcionar como uma resposta adequada, imensamente desejada por um auditório em uma situação conflituosa. Nesse sentido, a boa escolha do gênero e as manifestações discursivas para a consolidação do *ethos* implicam forças que ultrapassam a criação de recursos formais de constituição textual, uma vez que incorporam, no dizer, a natureza pragmática do discurso. Por isso, estabelecem significativos pontos de ligação entre intencionalidade e efeitos de sentido persuasivos. Também por natureza, os gêneros, vistos como estruturas retóricas dinâmicas, exercem função social ao agir sobre o auditório para imprimir coerência e plausibilidade a uma discussão ou dúvida imposta pelo contexto em que se realiza o ato retórico (cf. MILLER, 2009 e BERKENKOTTER; HUCKIN, 1995).

Por sua vez, quando visto como prova retórica, o *ethos* se coaduna perfeitamente com a dinamicidade do gênero oratório ao entrelaçar forma e conteúdo discursivos para estabelecer persuasão por meio de um sentido explicitado e coerente com um propósito particular ansiado por orador e auditório num momento singular de interlocução. É fundamental considerar que, sob qualquer escolha de gênero, há uma situação retórica profundamente social – que leva o auditório a se envolver em um contexto de situação moldado por suas crenças e valores sociais – e um exercício discursivo de um orador para operar persuasivamente sobre um auditório e, por meios racionais ou passionais adequadamente moldados, resolver uma questão polêmica. *Pathos* e *logos* se amalgamam para, na exploração da dinamicidade dos gêneros, se constituir como modos plausíveis de sustentação coerente de um discurso elaborado por

um orador que, de modo menos ou mais articulado, constrói e solidifica seu *ethos* num determinado contexto retórico.

REFERÊNCIAS

ANAXÍMENES DE LÁMPACO. *Retórica a Alejandro*. Salamanca: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Salamanca, 1989.

ARISTÓTELES. *Poética*. Prefácio Maria Helena da Rocha Pereira. Tradução e notas de Ana Maria Valente. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

_____. *Retórica*. Tradução do original em grego de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2015. (Coleção Folha. Grandes nomes do pensamento, 1)

BERKENKOTTER, C.; HUCKIN, T. N. *Genre knowledge in disciplinary communication: cognition, culture, power*. Hillsdade/Hove: Lawrence Erlbaum Associates, 1995.

COSTA, L. M. *A poética de Aristóteles: mimese e verossimilhança*. São Paulo: Ática, 2003. (Série Princípios)

DAYOUB, K. M. *A ordem das ideias: palavra, imagem, persuasão – a retórica*. Barueri: Manole, 2004.

EGGS, E. *Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna*. In: AMOSY, R. (Org.). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. Tradução de Dilson Ferreira da Cruz, Fabiana Komesu, Sírio Possenti. São Paulo: Contexto, 2005. p. 29-56.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

FERREIRA, A. B. H. *Dicionário da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FIGUEIREDO, M. F.; MAGALHÃES, A. L.; RODRIGUES-ALVES, M. S. *O ethos de Maria na música popular brasileira*. In: MAGALHÃES, A. L.;

Estilo, *éthos* e enunciação

FERREIRA, L. A.; FIGUEIREDO, M. F. (Orgs.). *As mulheres que a gente canta*. v. 2. Franca / São Paulo: Cristal / Grupo ERA, 2016. p. 9-36.

FIORIN, J. L. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Versão 1.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MEYER, M. *Questões de retórica: linguagem, razão e sedução*. Tradução de António Hall. Lisboa: Edições 70, 1998.

_____. *A retórica*. Tradução de Marli M. Peres. São Paulo: Ática, 2007. (Série Essencial)

MILLER, C. R. Gênero como ação social. In: _____. *Estudos sobre gênero textual, agência e tecnologia*. Recife: PPGL-UFPE, 2009. p. 21-44.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PLANTIN, C. *A argumentação*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. (Na Ponta da Língua 21).

REBOUL, O. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RUIZ DE LA CIERVA, M. C. Los géneros retóricos desde sus Orígenes hasta la actualidad. *Rhêtorikê*. Revista Digital de Retórica, mar. 2008. Disponível em: <http://www.rhetorike.ubi.pt/©00/pdf/carmen-los_generos_retoricos.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

SÁNCHEZ SANZ, J (ed.). *Retórica a Alejandro: de Anaxímenes de Lámpsaco*. Salamanca: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Salamanca, 1989.

WOERTHER, F. *L'èthos aristotélicien: genèse d'une notion rhétorique*. Paris: VRIN, 2007.